

Dualidade do poder, estratégia do comunismo e definhamento do Estado. O debate entre Althusser e Poulantzas

Fabio Bruschi¹

Introdução

Nós propomos aqui reconstruir o debate que, no final dos anos 70, opôs Althusser a Poulantzas em torno da questão da relação entre política revolucionária, poder político e Estado. Estudaremos como este debate trouxe de volta a questão de saber se o definhamento do Estado deveria ser o foco de uma estratégia comunista e, se esse for o caso, como essa estratégia deveria influenciar, a partir de então, a política comunista. Mostraremos, em particular, que o coração deste debate consiste em uma avaliação da atual dimensão estratégica da concepção leninista de dualidade do poder.

A fim de bem entender o âmbito deste debate, o mesmo deve ser reinscrito na conjuntura da constituição das estratégias ditas “eurocomunistas”, a partir das quais os principais partidos comunistas ocidentais tentaram pensar e praticar um “caminho ocidental em direção ao socialismo”. No que concerne ao PCF em particular, esta estratégia baseou-se na teoria do “capitalismo monopolista de Estado”, segundo a qual na “fase final” do desenvolvimento capitalista, “antecâmara do socialismo”, o poder se encontra nas mãos da fração monopolista da burguesia, que detém o controle do Estado em detrimento da sociedade como um todo – incluindo a burguesia não monopolista. Graças a

¹ Artigo traduzido a partir do original *Dualité du pouvoir, stratégie du communisme et dépérissement de l'Etat. Le débat entre Althusser et Poulantzas*, publicado em *Actuel Marx*, 2018/1 (n° 63), p. 171-187. Traduzido por Paulo Amaral, aluno de Filosofia da Universidade de São Paulo.

este controle, investimentos públicos são realizados desvalorizando o capital, a fim de impulsionar o processo de acumulação e contrariando a tendência de queda na taxa de lucro. Essa teoria levou o PCF a construir uma estratégia de vastas alianças, especialmente com o PS, que, com base na conquista eleitoral do poder do Estado, deveria expropriar a fração monopolista por uma série de nacionalizações mais ou menos significativas, e transformar os aparelhos de Estado, estabelecendo assim uma “democracia avançada”, concebida como uma “transição pacífica” ao socialismo. Essa estratégia assentou-se em uma concepção instrumental do Estado conjugada a uma concepção estreita do poder de classe da fração monopolista, resultando em uma política eleitoralista e de alianças limitadas a “contratos” entre as partes “proprietárias” de seus militantes e de seus eleitores².

Tanto Althusser quanto Poulantzas se distanciaram dessa estratégia, e da concepção de poder e de Estado que a sustenta, muito embora ambos tenham apoiado a União da esquerda e que Poulantzas reconhecia-se na perspectiva global do eurocomunismo, lugar a partir do qual ele tentou desenvolver uma “versão de esquerda”. As posições de Poulantzas e Althusser constituem assim, em sua radical diferença, tentativas de questionar, a partir de dentro, os impasses e as possibilidades da política comunista na alvorada de sua estagnação. Nesse sentido, elas são interessantes na medida em que esboçam alternativas que não foram percorridas, mas que, ainda hoje, poderiam servir como guias para se pensar políticas de oposição ao capitalismo.

² Ver Fernando (1977). Para uma apresentação concisa dessa teoria e de suas consequências, consultar “*Démocratie et socialisme*”, a conclusão de “*Traité marxiste d’économie politique. Le capitalisme monopoliste d’État*”, Paris, Éditions sociales, 1971, t. 2. No que concerne aos debates sobre o Estado dentro do PCF, ver (Fabre, Hincker e Sève, 1977). No que concerne à crítica de Althusser, ver o capítulo XIII de *Les vaches noires* (Althusser, 2016) e (Althusser, 1978). Em relação à crítica de Poulantzas, ver (Poulantzas, 1978, pp. 142-143). Ver igualmente (Di Maggio, 2016). Todas as traduções em francês foram realizadas por nós a partir do original. As citações nas demais línguas foram feitas pelo autor, e nós as traduzimos do francês. [N.T.]

Poulantzas contra Lenin

Começemos com o último trabalho de Poulantzas: *O Estado, o Poder, o Socialismo* (1978). Este livro confirma a ampliação do conceito de Estado proposta por Althusser em 1970 em *Ideologia e aparelhos Ideológicos de Estado*³. Ao mesmo tempo, ao criticar certas divisões bastante claras (especialmente entre aparelhos repressivos e aparelhos ideológicos de Estado) ou quando as aprofundam (especialmente ao introduzir a ideia de aparelho econômico de Estado), as análises poulantzianas do Estado capitalista se mostram muito mais avançadas que as de Althusser⁴. A principal tese de Poulantzas é que “[o] Estado capitalista [...] não deve ser considerado como uma entidade intrínseca mas, [...] como uma relação, ou mais precisamente como a condensação material de uma relação de forças entre as classes e frações de classe”. Tal concepção de Estado permite “evitar os impasses do eterno pseudo-dilema da discussão sobre o Estado, entre o Estado concebido como Coisa-instrumento e do Estado concebido como Sujeito”⁵. Trata-se, portanto, de renunciar a qualquer *postulado de exterioridade* entre as lutas de classes e o Estado – a exterioridade do Estado-sujeito em relação à própria luta (o Estado assegurando uma mediação neutra entre interesses particulares) ou a exterioridade do Estado-instrumento em relação à luta da classe dominada (o Estado podendo ser tomado pelas classes dominadas e manejado para seus próprios fins ou devendo ser destruído por servir exclusivamente às classes dominantes).

A afirmação da interioridade tanto das classes dominadas quanto de suas lutas em relação ao Estado implica que “*certamente, as lutas populares, e mais geralmente os poderes, ultrapassam de longe o Estado: mas por mais que elas sejam (e elas são) propriamente políticas, não lhe são*

³ Ver Althusser, (1970) 2011.

⁴ Ver Sotiris, 2017.

⁵ Poulantzas, 1978, p. 140.

realmente exteriores⁶". Em sua opinião, o Estado é, portanto, *o terreno da política*: "as lutas populares em seus aspectos políticos se situam sempre, repito, no terreno do Estado⁷". Isso significa que uma prática é política na medida em que visa transformar as relações e a forma dos aparelhos de Estado, que são a condensação das relações de poder entre as classes.

Essa perspectiva leva Poulantzas a questionar radicalmente a estratégia do duplo poder:

Tomar o poder do Estado significa desenvolver uma luta de massas tal que ela modifique a relação de forças interna aos aparelhos de Estado, que são eles próprios o campo estratégico das lutas políticas. Logo, para a estratégia de tipo duplo poder, a mudança decisiva da relação de poder não se desenrola jamais no seio do Estado, mas entre o Estado e o segundo poder, esse anti-Estado que se supõe localizado radicalmente fora do Estado, entre o Estado e as massas supostamente exteriores ao Estado⁸.

A recusa da estratégia do duplo poder funda-se numa leitura de Lênin segundo a qual "a linha principal de Lênin não era originalmente um estatismo autoritário qualquer [mas] a de uma substituição radical da democracia dita formal pela democracia dita real, da democracia representativa pela única democracia direta chamada conselhistas"⁹. Lênin, portanto, não pensou inicialmente nos soviets como um segundo estado, mas como um "anti-Estado", ao considerar que é na exterioridade em relação à forma-Estado, através da constituição *de outra forma de poder*, a partir da qual o Estado pode ser destruído, que a

⁶ *Ibidem*, p. 155.

⁷ Poulantzas, 1980, p. 173.

⁸ Poulantzas, 1978., p. 285.

⁹ *Ibidem*, p. 279.

reversão da relação de forças entre as classes poderia se desenrolar. De acordo com Poulantzas, no entanto, essa exterioridade é um mito, como confirmado pela estatização dos soviets que se seguiu à Revolução de Outubro: sem dúvidas, o segundo poder pode ser o trampolim para conquistar o poder de Estado e romper seus aparelhos, mas ele é imediatamente reduzido ao “novo” Estado, quando este último for estabelecido¹⁰.

Ora, a crítica de Poulantzas à Althusser - formulada explicitamente em uma entrevista de 1978 - ocorre precisamente por este último querer retomar “a solução leninista original”. Althusser teria proposto a concepção do Estado característico da Terceira Internacional:

O Estado como ferramenta ou *máquina* [...] que pode ser manipulado à vontade nas mãos das classes dominantes. [...] Concepção instrumentalista, mas também *essencialista* do Estado: ou as massas populares estão nele incluídas - “integradas”, e depois contaminadas pela praga burguesa que infesta o castelo, ou permanecem puras em busca de sua consciência de classes para-si (partido), e então elas estão radicalmente fora dos muros. Conquistar o poder de Estado só pode significar assim, pelo menos no seu núcleo duro, penetrar na fortaleza a partir *de fora*, através da guerra de movimento ou através da guerra de posições (Gramsci), em suma, sempre por uma estratégia “frontal” de tipo *duplo poder*. Deste modo, o partido apenas pode se situar

¹⁰ Deve-se notar que Poulantzas propôs uma interpretação bastante diferente de Lênin em sua obra de 1968, *Pouvoir Politique et Classes Sociales*: “a palavra de ordem ‘todo o poder aos Soviotes’ está ligada, no pensamento de Lênin, ao fato de ele considerar os Soviotes como um ‘segundo Estado’. (...) Donde, a conclusão: é necessário fortalecer este segundo Estado e ter como objetivo conquistá-lo enquanto Estado” (Poulantzas, 1971 (1968), t. I, p. 39). Poulantzas parece então considerar que a existência desse segundo Estado é indispensável para garantir que o nível político “condense” as diversas contradições de outros níveis da formação social. Ele reconhece, portanto, a validade da estratégia do duplo poder, ao mesmo tempo em que postula a identificação da política com o Estado.

radicalmente fora do Estado, funcionando como um *anti-Estado* para a constituição do segundo poder (sovietes) que substituirá o primeiro (destruição do Estado)¹¹.

Com efeito, Poulantzas ataca diretamente a proposição estratégica, formulada por Althusser em “Marxismo como teoria finita”¹², da constituição de um partido “fora do Estado”.

O Estado como forma de luta de classes

Tentemos especificar o modo como Althusser retoma a ideia marxista do Estado como máquina. Se, como dissemos, as análises de Poulantzas são mais avançadas que as de Althusser, este último nos parece, na verdade, menos disposto a fornecer uma análise fina do funcionamento complexo do Estado capitalista, que fornecer a base teórica para a formação de uma estratégia comunista, o que exige, aos seus olhos, a obrigação de reafirmar certos princípios teóricos relativos à forma geral do Estado capitalista. Será mesmo que essa abordagem reproduz uma concepção “ortodoxa” do Estado, “essencialista” e “instrumentalista”?

Deve-se notar, antes de tudo, que Althusser não postula tanto uma relação de exterioridade entre as massas e o Estado quanto *entre Estado e luta de classes*. Ele afirma, notadamente, que o Estado está “separado da luta de classes”, o que ele explica do seguinte modo:

No Estado, todos os confrontos precedentes de forças e violências, *as piores violências da luta de classes desapareceram em benefício de uma só e única resultante: a Força da classe dominante, que não se apresenta como o que ela realmente é: excesso de sua própria força sobre*

¹¹ Poulantzas, 1980, pp. 172-173.

¹² Althusser, 1978 ; 1998, p. 290.

*a força das classes dominadas, mas sim como, pura e simplesmente, Força. E é essa Força ou Violência, que é então transformada em poder pela máquina do Estado*¹³.

Essa passagem indica claramente que o fato de o Estado estar separado da luta de classes não significa que ele não tenha nada a ver com esta. Ao contrário, *é justamente o diferencial entre a força das classes dominantes e a força das classes dominadas que o estrutura*. No entanto, na medida em que se baseia neste diferencial, *o Estado impõe à luta de classes um quadro no qual a formação de um poder alternativo é impossível*, pois apenas uma força é reconhecida por ele, e que ela lhe é reconhecida como *a única força* - que é então transformada em *único poder*. Isso é o que Althusser chama de “pseudocírculo” ou “grande mistificação” do Estado: ao se separar da luta de classes, o Estado participa da constituição daquilo que poderia ser chamado de *a forma dominante da luta de classes*, de onde emerge a *forma de poder* da classe dominante, razão pela qual a classe dominante domina. Em outras palavras, se o Estado é de fato a condensação da luta de classes, ele é atravessado apenas pela forma de luta dominante e não se deixa ser atravessado por outras formas de luta; se Poulantzas tem razão ao pensar que “o inimigo de classe está sempre no Estado”¹⁴, deve-se acrescentar que ele só pode estar ali enquanto signatário das formas de luta que o próprio Estado autoriza. É por isso que “sustentar que o Estado é ‘por definição, atravessado pela luta de classes’ é tomar os seus desejos pela realidade”¹⁵. Althusser consegue, assim, manter a ideia marxista segundo a qual o Estado está “a serviço” da classe dominante, sem, no entanto, considerá-lo como um instrumento que não é, por essência, afetado pela força das classes dominadas. Ainda por cima, longe de ser uma “coisa-instrumento” nas mãos da classe dominante,

¹³ Althusser, (1978) 1999, pp. 480-481.

¹⁴ Poulantzas, 1978, pp. 154-156.

¹⁵ Althusser, (1978) 1999, pp. 448.

o Estado desempenha um papel crucial no processo de organização em classe¹⁶.

Está claro, portanto, que Althusser não pensa que as lutas das massas populares não afetam o Estado. Ele afirma, por exemplo, que o reconhecimento de partidos e sindicatos comunistas, ou o código trabalhista, é evidência do contrário¹⁷. Entretanto, ele insiste amplamente nos efeitos do enquadramento dessas lutas pelos aparelhos de Estado, enquadramento que leva, por exemplo, à divisão da luta de classes entre luta econômica e luta política e, ao fazê-lo, atribui apenas a esta última uma forma legítima – a luta política sendo para as massas tendencialmente reduzida às eleições; a luta econômica (a greve, por exemplo) sendo reconhecida apenas na medida em que abarca reivindicações de ordem profissional¹⁸.

E o que é das massas nessa perspectiva? Já indicamos que a separação entre Estado e luta de classes não corresponde, em Althusser, a uma relação de exterioridade entre massas e Estado. Esta relação não é uma oposição de ordem “metafísica”. Com efeito, deve-

¹⁶ “[É] necessário [ao Estado] esta separação, para poder intervir na luta de classes em todos os lugares [...] também, eventualmente, na luta de classes dentro da classe dominante contra a divisão da classe dominante que pode ser, para ela, um grave perigo, se a luta da classe trabalhadora e popular for forte” (*Ibidem*, p. 438). Estas passagens constituem uma maneira de reformular duas teses essenciais de Althusser: 1) “a luta de classes e a existência de classes são uma e a mesma coisa” (Althusser, 1973 (1972), pp. 29-30) 2) A luta da classe dominante é “primeira” e estabelece as condições e as coordenadas da luta das classes dominadas: “Faz-se uma falsa ideia de luta de classes, considerando que ela seria o *fato da revolta da classe trabalhadora* contra a injustiça social, a desigualdade, principalmente contra a exploração capitalista, enfim, reduzindo a luta de classes à luta da classe trabalhadora contra as condições de exploração *dadas*, e a resposta da burguesia a esta luta. É esquecer que as condições de exploração são as primeiras, que o processo de constituição das condições da exploração do trabalho é a forma fundamental da luta de classes burguesa, de modo que a exploração já é luta de classes, e que *a luta de classe burguesa é primeira*” (Althusser, (1976) 2011, p. 261).

¹⁷ Althusser, 2011, pp. 131; 139; 199.

¹⁸ *Ibidem*, pp. 132; 155-156. Ver também, com ênfases muito mais “pessimistas”, Edelman, *La Légalisation de la classe ouvrière*, tome 1: *L’entreprise*, Paris, Christian Bourgeois, 1978.

se lembrar que, desde a *Réponse à John Lewis* (1972), Althusser afirma que a tese segundo a qual “são as massas que fazem história” só pode ser entendida ao se retirar toda figura do sujeito: “‘o sujeito’/massas coloca problemas sagrados de identidade, de identificação. Um sujeito também é um ser que podemos dizer: ‘é ele!’ O ‘sujeito’/massas, como fazer para se dizer: ‘é ele?’”¹⁹. Esta retirada do sujeito/massas é operada pela tese que afirma que “a luta de classes é o motor da história”, o que implica que “a força revolucionária das massas só é forte em função da *luta de classes*”²⁰. As massas existem, portanto, “divididas” entre diferentes formas de luta de classes.

À luz do conceito de retirada do sujeito/massas, voltemos à forma capitalista de luta de classes. Vimos que o Estado participa da constituição dessa forma de luta. É ao analisar a articulação do Estado com as estruturas do modo de produção capitalista que podemos compreender plenamente os efeitos dessa constituição sobre as massas. Foi o próprio Poulantzas quem identificou esses efeitos de maneira particularmente precisa, do ponto de vista althusseriano, através do que ele chama, na obra *Pouvoir Politique et Classes Sociales* (1968), o “efeito de isolamento”:

Ora se (...) examinarmos a luta econômica de classe, as relações sociais econômicas do M. P. C. (Modo de Produção Capitalista), constatamos uma característica *fundamental e original* que, doravante, passarei a definir como “efeito de isolamento”; Consiste ela no fato de que *as estruturas jurídicas e ideológicas*, as quais, determinadas em última instância pela estrutura do processo de trabalho, instauram, no nível das mesmas, os agentes da produção distribuídos em classes sociais, na qualidade de “sujeitos” jurídicos e ideológicos, têm como *efeito*, sobre a luta

¹⁹ Althusser, 1973 (1972), p. 27.

²⁰ *Ibidem*, p. 30.

econômica de classe, a ocultação, de forma particular, aos agentes, das suas relações enquanto relações de classe. As relações sociais econômicas são efetivamente *vividas* pelos - agentes através de um fracionamento e uma atomização específicos. (...) Este efeito de isolamento é *terrivelmente real*, e tem um nome: *a concorrência* entre os operários assalariados e entre os capitalistas proprietários privados. É, de fato, uma concepção ideológica a que concebe as relações capitalistas de produção como relações de troca, no mercado, entre indivíduos-agentes da produção. Porém, a concorrência, longe de designar *a estrutura das relações capitalistas de produção*, consiste precisamente no efeito do jurídico e do ideológico sobre *as relações sociais econômicas*²¹.

Nesse contexto, o “Estado apresenta-se constantemente como a unidade propriamente política de uma luta econômica, na qual manifesta, por sua natureza, esse isolamento. Ele se apresenta como representante do ‘interesse geral’ de interesses econômicos concorrenciais e divergentes, que estão ocultos aos agentes, tal como por eles são vividos, ou seja, o seu interesse de classe”²². Ao serem incluídas no modo de produção capitalista e nos aparelhos de Estado, que com aqueles se articulam, as massas são assim constituídas como um alglomerado de indivíduos para o qual o Estado assegura a “representação” (tanto no sentido político quanto econômico) mas também a “gestão” (econômica) de maneira mais ou menos apropriada, o que produz o *apagamento tendencial da própria luta de classes*, ou a desorganização das classes dominadas (enquanto as classes dominantes são organizadas no Estado). Portanto, a forma dominante da luta de classes não é nem mais reconhecida como uma forma da luta de classes.

²¹ Poulantzas, 1968, t. I, pp. 135-137.

²² *Ibidem*, p. 139.

Mas então cabe perguntar se as massas não seriam articuladas por outras formas de luta de classes, por aquilo que poderia ser chamado de *forma proletária* de luta de classes, onde sua relação com o Estado se encontra profundamente transformada. Este é o princípio mais essencial, e o mais difícil de entender, da proposição teórico-estratégica de Althusser, que vemos como surpreendentemente encontrada em um texto ainda não publicado: “*A luta de classes deve ser concebida como um confronto de duas lutas de classes (é o seguinte: a luta de classes não é a luta de duas classes, que lutariam uma contra a outra, posto que são classes – mas a luta entre duas lutas, o confronto de dois corpos em luta e lutando cada um com suas próprias armas, que não são absolutamente as mesmas neste caso, as armas da luta de classe proletária não têm absolutamente nenhuma relação com as armas da luta das classes burguesa, e tampouco a estratégia, a tática e a prática de luta)*”²³. Voltaremos em seguida a essa outra forma de luta.

É preciso reconhecer que Poulantzas não ignora os problemas suscitados pela concepção do Estado como “atravessado” pela luta de classes. Com efeito, se essa ideia estivesse correta, poder-se-ia eventualmente chegar a uma situação de *duplo poder no interior do próprio Estado*, por exemplo, entre alguns de seus aparelhos. Pelo contrário,

não é mediante aparelhos que concentram um *poder próprio* das classes dominadas que estas se constituem no Estado, mas, no essencial, sob a forma de focos de oposição ao poder das classes dominantes. Seria falso (...) concluir que a presença das classes populares no Estado significaria que elas aí detenham poder, ou que possam a longo prazo o deter, *sem transformação radical desse Estado*. (...) Mesmo no caso de uma mudança da relação de forças e de modificação do poder de Estado em favor das classes populares, o Estado tende, a curto ou longo prazo, a

²³ Althusser, 1973, A21-03.02, p. 12 (os escritos inéditos de Althusser estão disponíveis para consulta no IMEC (Institut Mémoires de l'édition contemporaine)).

restabelecer, às vezes sob nova forma, a relação de forças em favor da burguesia.

Daí se segue que “a ação das massas populares no seio do Estado é a condição necessária para sua transformação, mas não é suficiente”²⁴. Poulantzas reconhece assim a importância, para as massas populares, de “manter e desenvolver permanentemente focos e redes à distância desses aparelhos: movimentos de democracia direta na base e redes autogeridas”. Mas, lembra o autor imediatamente, “estes não se situam, por mais que visem aos objetivos políticos, nem fora do Estado nem, de qualquer maneira, fora do poder”²⁵. Além de notar a oscilação sintomática entre “fora do Estado” e “fora do poder” – ninguém cogitaria afirmar que os “movimentos sociais” estão “fora do poder”, mas isso não significa dizer que eles são políticos somente no terreno do Estado –, podemos retomar a crítica formulada por Andrea Cavazzini a essa forma de “reconhecimento” da necessidade de uma exterioridade das lutas das massas populares em relação ao Estado:

Os partidos eurocomunistas, ou “socialistas” no sentido poulantziano, deveriam manter essas instâncias perpetuamente no exterior das práticas políticas, enquanto usam sua presença ameaçadora para aumentar suas próprias margens de ação no interior dos lugares “oficiais” da decisão política. [...] [Esta] posição [...] torna impossível o questionamento sobre uma transformação da política que não se limitasse a modificar as estruturas atuais, mas que ousasse questionar os lugares de sua “produção”, o status de seus atores, o que acabaria por propor uma mudança no próprio nível de sua definição²⁶.

²⁴ Poulantzas, 1978, p. 157.

²⁵ *Ibidem*, pp. 168-169.

²⁶ Cavazzini (2008). Recentemente, Isabelle Garo criticou a concepção restritiva de política e de sua transformação, própria de Poulantzas. Ela propôs mesmo corrigi-

Essa renúncia em pensar uma transformação da própria política para além da “forma Estado” conduz finalmente Poulantzas a colocar como necessária “uma certa separação entre o Estado e as relações sociais, então necessariamente (uma falsa trégua) um certo *não-definhamento, do Estado*”²⁷. Se se identifica a política e o Estado, deve-se assim abandonar a possibilidade estratégica de definhamento do Estado, a fim de evitar afirmar o desaparecimento, com o Estado, de toda forma de política – conclusão a que, no final das contas, Marx e Engels haviam chegado. Ao contrário, para Althusser, “se (a sociedade comunista) estará finalmente livre do Estado, isso não significa que a política também será extinta: ela conhecerá certamente o fim das últimas formas burguesas da política, mas esta política será (...) substituída por uma política diferente, uma política sem Estado, o que não é tão difícil de conceber se levarmos em conta que mesmo em nossa sociedade o Estado e a política não se confundem”²⁸. Por conseguinte, é precisamente na construção de um pensamento da transformação da política, da constituição de uma “nova prática da política” portadora de uma nova forma de poder, a que Althusser se dedica, considerando que o próprio Marx ficou “*paralisado* pela representação burguesa do Estado, da política, etc., a ponto de reproduzi-la sob uma forma apenas negativa”, o que conduziu o movimento operário a “bloquear” “a tendência ao comunismo”²⁹.

lo em direções similares àquelas que proporemos a seguir, a partir de Althusser. No entanto, ela relacionou os limites de Poulantzas à influência do “estruturalismo” e, em particular, de Althusser. (Garó, 2016).

²⁷ Poulantzas, 1980, p. 168.

²⁸ Althusser, (1978), 1998, p. 292. Não se deve confundir com isso a posição de Althusser com alguns comunistas italianos, como Pietro Ingrao, que propunham “ampliar” ou “socializar” a política, sem que ela mude fundamentalmente sua forma (ver *Ibidem*, 293).

²⁹ *Ibidem*, p. 286.

A estratégia do comunismo

Retornemos agora à proposta althusseriana do partido fora do Estado, a fim de compreender como ela abre o caminho para pensar a forma proletária da luta de classes, na medida em que defende uma nova forma de poder que se orienta no sentido do definhamento do Estado. Essa perspectiva é descrita por Althusser como “estratégia do comunismo”, em oposição às ideias eurocomunistas da “transição” em direção à democracia avançada, constituindo esta última uma transição para o modo de produção socialista, e este, por sua vez, concebido como transição em direção ao comunismo³⁰. Com efeito, Althusser afirma em um texto ainda inédito escrito em 1973, no momento em que a estratégia eurocomunista começa a se desenvolver, que “o modo de produção socialista não existe”³¹, pois, como os chineses compreenderam³², o socialismo não é senão o cruzamento de dois caminhos: o modo de produção capitalista e seu Estado, e o modo de produção comunista e sua ausência de Estado³³. Mas Althusser vai ainda mais longe ao afirmar que não só “*uma* formação social *pode* estar ‘entre dois extremos incompatíveis’, ‘em transição’ entre dois modos de produção”, mas também que “*toda* a formação social está em trânsito ou em viagem na história³⁴”. Definir uma estratégia significa então recupe-

³⁰ Esta perspectiva leva as massas a “fazer antecâmara” indefinidamente, como explica Althusser ao recuperar ironicamente a ideia do capitalismo monopolista de Estado como “antecâmara” do socialismo (ver Althusser, 1973, A21-03.02, p. 14).

³¹ *Ibidem*, p. 1.

³² Ver Anônimo, atribuído a Althusser Louis, « Sur la révolution culturelle », *Décalages. An Althusserian Studies Journal*, vol. 1, n° 1, 2014 [1966], URL: <http://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss1/8/>.

³³ Ver Althusser, 1977, p. 49; Balibar (1976, p. 151) afirma algo similar quando ele sustenta que o socialismo é “a existencia de *dois* mundos no seio do *mesmo* mundo, duas épocas em uma só época da história universal”.

³⁴ Althusser, 1973, A21-02.04, p. 4, sublinhado nosso). A ideia da coexistência na conjuntura de uma multiplicidade de modos de produção enquanto princípio de uma teoria da transição histórica é enunciada pela primeira vez por Etienne Balibar (1976) no capítulo “Éléments pour une théorie du passage”, de “Les concepts fondamentaux

rar as tendências históricas que atravessam toda formação social para favorecer uma delas: “Marx pensa o comunismo como uma *tendência* da sociedade capitalista. Essa tendência não é uma resultante abstrata. Existem já, concretamente, nos ‘interstícios da sociedade capitalista’ (...) formas virtuais de comunismo”³⁵.

A tendência comunista é sustentada pela forma proletária da luta de classes, da qual se deve, no presente, identificar as características fundamentais. Se a forma capitalista de luta de classes consiste em produzir um efeito de isolamento ao qual o Estado responde como representante do interesse geral, o que no melhor dos casos relega a luta de classes a reivindicações de ordem profissional, a forma proletária de luta de classes consiste, antes de tudo, no reconhecimento da *luta de classes como forma de política*, a partir de suas manifestações “econômicas”. Dito de outra forma, deve-se abolir “a divisão clássica entre a luta econômica e a luta política”, pois se trata de uma “concepção restritiva de cada forma de luta”, que “trava a ampliação [...] das formas de luta de classes operárias e popular”³⁶. É precisamente à luz desta abolição que os althusserianos concebem a ditadura do proletariado, que:

suprime, desde o início, a separação característica do capitalismo entre a esfera política e a esfera econômica, ou, mais exatamente, a esfera do trabalho [...]. Por um lado, ela (a ditadura do proletariado) transforma os problemas da organização do trabalho e da transformação das relações de trabalho em problemas imediatamente políticos. Por outro lado, ela faz imediatamente de todas as formas do movimento de massas, da

du matérialisme historique”. Neste texto, no entanto, esta coexistência limita-se a períodos de transição que se seguem a períodos de não-transição, tornando impossível a explicação da transição destes últimos para aqueles de transição. Ver Balibar, 1974. Ver também Bettelheim, 1968.

³⁵ Althusser, (1978) 1998, p. 285.

³⁶ Althusser, (1977) 1998, p. 276. Ver também Althusser (1978) 1998, p. 289.

democracia revolucionária de massas, meios para revolucionar o trabalho e as relações de produção. E, ao mesmo tempo, ela *unifica o problema “político” do definhamento do Estado e o problema “econômico” do fim da exploração*. Pois, se esses problemas não podem ser resolvidos um sem o outro, eles podem ser resolvidos um através do outro e com o outro³⁷.

A política é, assim, entendida aqui em termos de movimento e de democracia revolucionária de massa: a ditadura do proletariado pressupõe “uma democracia que *exige* a intervenção permanente, o papel dirigente das massas populares no Estado”³⁸.

Mostramos como Althusser não concebe a relação entre massas e Estado como uma oposição metafísica: trata-se antes de uma dialética pela qual as massas e o Estado se pressupõem e se afetam reciprocamente em função da maneira com que eles são atravessados pelas formas de luta de classes. Se o efeito de isolamento produz um aglomerado de indivíduos geridos e representados pelo Estado, a forma proletária de luta de classes tende a *transformar a iniciativa das massas num poder autônomo*, de maneira que elas se *reapropriem das funções do Estado, transformando-as*, o que permite iniciar o processo de seu desaparecimento. Em outras palavras, a relação entre massas e Estado permanece, mas o lugar da iniciativa se desloca: opera-se uma “*inversão tendencial* da relação entre a iniciativa das massas e sua subjugação, ou melhor, sua manipulação”³⁹.

A atenção à *iniciativa das massas* é uma peça essencial da proposta althusseriana dos anos 1970. Contra as organizações políticas comunistas que, ao longo do século XX, tenderam a identificar nas massas o sujeito da história – a classe trabalhadora universal, por exemplo – para representá-lo nos aparelhos de Estado, seja este burguês

³⁷ Balibar, 1976, p. 111. Ver Tosel, 1979, pp. 44-46.

³⁸ Balibar, 1976, p. 111.

³⁹ Balibar, 1978, p. 284.

ou proletário, ou seja, para se autolegitimar enquanto aparelho de Estado ao reproduzir a separação entre governantes e governados⁴⁰, Althusser considera que a transição jamais se desenrola de acordo com os esquemas pré-estabelecidos: pelo contrário, deve-se estar atento às iniciativas das massas, sem identificá-las previamente como um sujeito, isto é, sem acreditar saber, antecipadamente, de onde elas vêm e para onde vão. É por isso que Althusser afirma que, para dar um sentido à palavra de ordem “União do Povo da França”, lançado pelo PCF na época, deve-se dizer às massas “que será necessário se organizar de forma autônoma, em formas originais, nas empresas, bairros, vilas, em torno de questões de habitação, escola, saúde, transportes, meio ambiente, etc., para definir e defender suas reivindicações, primeiro para preparar o advento do Estado revolucionário, em seguida para apoiá-lo, estimulá-lo e, ao mesmo tempo, forçá-lo a se ‘definir’”⁴¹. É preciso, portanto, “dar a palavra às massas que fazem a história, colocar-se não apenas ‘a serviço das massas’ (palavra de ordem que também pode ser reacionária), mas ao escutá-las, [...] saber tornar-se atento à imaginação e à invenção das massas”⁴².

Deste modo, é em relação a essas iniciativas que as organizações comunistas devem se determinar, daí seu caráter “fora do Estado”: elas não devem perder o interesse pelo Estado, mas o princípio estratégico de sua política não deve derivar das exigências da forma Estado, na medida em que esta forma divide e individualiza as lutas sociais, e

⁴⁰ “Considerem friamente as chamadas do PCF para as ‘massas’. O que são as ‘massas’? Algo indescritível para este apelo, porque as ‘massas’ não são chamadas; é o cão que responde à voz do seu mestre; pois neste ‘chamado’ as massas são apenas um tipo de validação transcendental, um objeto que existe apenas para fazer existir esse apelo. Nesse jogo cruel, a burguesia venceu. Ela ‘inventou’ a classe trabalhadora; melhor ainda, ‘inventou’ uma classe trabalhadora para aqueles que eram responsáveis por representá-la” (Edelman, 1978, p. 192). Ver igualmente Althusser (1998 p. 306; 1978).

⁴¹ Althusser, 1977, pp. 36-37.

⁴² *Ibidem*, p. 37. “Pois as massas geralmente encontram, elas mesmas, soluções para os problemas que elas representam. Portanto, não basta estar atento aos seus problemas, é preciso também escutar suas soluções” (Althusser, 2016, p. 362).

reproduz a separação entre governantes e governados. Donde, como aponta Balibar, a aporia da política do partido, que “deve, ao mesmo tempo, *dirigir* (ou se dirigir), como faria um príncipe, encontrar ‘o ponto de Arquimedes’ onde deve se inserir para ‘transformar o mundo’ (pelo menos a sociedade), e *restituir* a capacidade política às massas [...], essa capacidade que elas mesmas possuem, mas cujos aparelhos de todo tipo não cessam de expropriá-las”⁴³. Althusser, no entanto, esclarece que essa “restituição” é, na verdade, uma “reapropriação”, surgida no curso das lutas de classes e em relação à qual o partido é convocado para se determinar, porque no fundo este é o “ponto de Arquimedes”, onde ele deve se inserir⁴⁴. O definimento do Estado torna-se então o horizonte que deve, a partir de agora, dar um sentido às formas de relação entre política proletária e Estado, sejam elas destinadas à tomada do poder de Estado e à destruição de seu aparelho, ou à sua transformação interna. Este horizonte deve agora se impor nos processos de reapropriação/transformação das funções do Estado.

Quer se destrua quer se transforme o aparelho do Estado burguês, se se fabrica um novo aparelho de Estado sem que ele sirva, sob a intervenção das massas, *ao seu próprio definimento*, teremos um novo aparelho de Estado *burguês*. [...] O definimento deve começar a partir da destruição ou transformação. [...] O processo começa quando as organizações originadas das massas se apoderam de certas funções do novo Estado: desde a sua instalação, ou até antes. Dir-se-ia paradoxo? Eu não creio. Pois

⁴³ Balibar, 2015, pp. 19-20.

⁴⁴ O paradigma desta relação entre massas e partido é magistralmente identificado por Linhart (1976 pp. 26-27): “Se Outubro ocorreu em Outubro, é porque os camponeses russos, agindo no momento da lavoura, coagiram, por esta razão, todas as forças políticas a se determinar em relação à questão do poder das massas – do poder em geral. A única resposta consequente nesta situação de crise aguda foi a dos bolcheviques: a insurreição armada contra o governo provisório, para salvar e proteger o movimento de massa”.

não há um único tempo da luta de classes, mas sim tempos que se sobrepõem, um com antecedência, o outro em espera. Algo pode começar antes da revolução, que será em seguida o efeito da revolução. [...] Isso o que Marx e Lênin tinham em vista [ao falarem da ditadura do proletariado], e eles falaram com base nas experiências concretas da Comuna de Paris e da Revolução Bolchevique, foi a assunção, pelas massas organizadas, de uma parcela cada vez maior das funções do aparelho de Estado, ou seja, pois esse é o ponto importante, *a transformação destas mesmas funções através de sua assunção*. E o que é absolutamente decisivo, nem Marx nem Lenin esperavam que o novo Estado suscitasse ou definisse estas iniciativas populares: tanto em seus conteúdos como em suas formas, essas novas organizações populares e suas práticas [...] foram invenções do povo em luta⁴⁵.

É essa *precedência do efeito da revolução em relação à própria revolução, essa sobreposição dos tempos da luta*, que permitem então repensar a ideia do duplo poder: para a política comunista, não se trata simplesmente, ou prioritariamente, de tomar e destruir o poder existente, ou de transformá-lo, mas sim de *formar um novo poder, que seja um poder de novo tipo, através da apropriação/transformação, pelas massas, dos aparelhos de Estado*. Trata-se, para colocar de outro modo, de *começar desde agora a transição comunista, a partir das “premissas” de comunismo já existentes*: “O comunismo não é uma palavra, nem um sonho para sabe-se lá qual porvir perdido. O comunismo é nossa única estratégia e, como qualquer estratégia verdadeira, não apenas comanda o hoje, mas ele começa hoje. Melhor: ele já começou”⁴⁶.

A ilustração mais notável dessas ideias pode ser encontrada em um texto de Balibar de 1972 intitulado “A Retificação do ‘Manifesto Comunista’”. A “retificação” em questão é aquela feita por Marx em

⁴⁵ Althusser, 2016, pp. 247; 266-267.

⁴⁶ *Ibidem*, pp. 247-248.

relação à concepção do Estado e à política revolucionária que ele havia anteriormente formulado com Engels no *Manifesto*, retificação feita na sequência da experiência do Comuna de Paris. “A Comuna prova que o ‘não-estado’ (a destruição do Estado) não é apenas *um resultado final* do processo revolucionário. Pelo contrário, *é um aspecto inicial, imediatamente presente, sem o qual não há nenhum processo revolucionário. [...] Essa extinção começa imediatamente [...], não com uma intenção, mas com medidas práticas que contradizem diretamente a inevitável ‘sobrevivência’ do Estado*”⁴⁷. Portanto, a lição da Comuna ensina-nos que o poder do proletariado, de um modo rigorosamente inverso ao da burguesia, é reforçado na medida em que o aparelho de Estado começa a definir – e isso, mesmo quando o proletariado detém o poder. Donde a necessidade de duas condições correlativas: 1) “*existência, ao lado do aparelho de Estado, de organizações políticas de um novo tipo, de organizações políticas de massa, de organizações políticas de trabalhadores, que controlem o aparelho de Estado e o submeta a elas, inclusive em sua nova forma*”; 2) “*a penetração da prática política na esfera do ‘trabalho’, da produção. Em outras palavras, o fim da separação absoluta, desenvolvida pelo próprio capitalismo, entre ‘política’ e ‘economia’*”⁴⁸. É por isso que o aparelho do Estado existente deve ser substituído “*pelo conjunto de um outro aparelho de Estado que é, por sua vez, algo diferente de um aparelho de Estado*”⁴⁹, isto é, “*a presença positiva de um outro termo*”⁵⁰. É neste outro termo que podemos reconhecer o princípio de “*uma nova forma de política*”⁵¹.

⁴⁷ Balibar (1972) 1974, p. 88.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 96.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 97.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 98.

⁵¹ Já vimos que as posições de Balibar, especialmente em relação à ditadura do proletariado, são semelhantes às de Althusser. Contudo, houve uma disputa significativa entre eles sobre a tese do partido fora do Estado. Ao responder as intervenções de Althusser de 1977-1978, Balibar se pergunta: “Não encontramos aqui a concepção ideal (e idealista) de um partido que seria apenas o efeito da vontade

Conclusão

Parece-nos que a ideia de partido “fora do Estado” constitui, na verdade, uma tentativa de reavivar a ideia leninista de dualidade do poder – que, alias, Althusser nunca menciona explicitamente – como princípio do definhamento do Estado. Isso é o que Poulantzas, em sua crítica à Althusser, bem compreendeu. Deve-se notar, no entanto, que isso não significa, como Poulantzas teme, que tal estratégia esteja destinada a submeter novamente os “soviets” ao Estado, seja ele burguês ou proletário.

Ora, se relemos os textos de Lênin de 1917, incluindo aí *O Estado e a Revolução*, deve-se reconhecer que ele sustenta simultaneamente, mas com ênfases diferentes de acordo com as mudanças do “momento presente”, que *os soviets são um anti-Estado e um novo Estado*. Um texto bastante significativo a este respeito é “*A proposito das palavras de ordem*”, escrito após o fracasso da insurreição do começo de julho. Lênin afirma que “todo o poder para os soviets” é uma palavra de ordem que só é válida na fase em que o poder dos soviets não havia sido submetido ao poder do Estado burguês, isto é, em uma fase em que se lida com uma dualidade de poder. No entanto, a partir de

(revolucionária) de seus membros, o produto das regras que ele impõe a si mesmo de acordo com o objetivo final ao qual ele tende (comunismo = o definhamento do Estado), e que conseqüentemente seria ‘livre’ para escolher o lugar que ocupa nas relações sociais, e até definir sozinho o seu ‘interior’ e ‘exterior’?” (Balibar, 1978, p. 272). Parece-nos que não se pode interpretar a exterioridade do partido como Balibar parece fazer aqui, na medida em que Althusser não nega que “as massas nunca estão fora do Estado” (*ibidem*, p 276) e na medida em que o partido faz das iniciativas delas (massas) o ponto de Arquimedes da estratégia do comunismo. Assim, ele preconiza, como Balibar, uma “*inversão tendencial* da relação entre a iniciativa das massas e a sujeição delas”, porém, essa inversão só pode ocorrer, segundo Althusser, se o partido conseguir se determinar em função das iniciativas das massas e não em função de si mesmo como um aparelho de Estado, daí que para Balibar essa inversão “é apenas o outro nome para o desenvolvimento das contradições do Estado, portanto da preponderância da ‘política proletária’ sobre a política burguesa” (*Ibidem*, 284). Cabe notar que, mais tarde, Balibar dará, abertamente, razão a Poulantzas (ver Balibar, 2010, p. 181).

julho, impõe-se a necessidade de combater a submissão dos soviets ao Estado burguês. Essa mudança não está tão relacionada ao fato de que os bolcheviques não são a maioria entre os soviets, o que também era o caso antes de julho, mas muito mais ao fato de que é preciso, sobretudo, que os soviets continuem a ser o foco do definhamento de Estado. O desafio fundamental é justamente produzir condições tais que o poder dos soviets possa continuar a se desenvolver sem “coação externa”. Entre fevereiro e julho, “os Sovietes representavam delegações das massas tanto de operários como de soldados livres, isto é, não submetidos a nenhuma coação exterior, e armadas. As armas nas mãos do povo, a ausência de coação exterior sobre o povo — eis em que consistia a *essência* da questão. Eis o que abria e garantia a via pacífica de desenvolvimento de toda a revolução”⁵². É precisamente a imposição de tal coação externa que leva Lenin a pensar na dualidade do poder como *um período “transitório”, de curta duração*. Deste modo se impõe a insurreição e a tomada de poder do Estado, em consequência das quais Lênin passa a pensar os soviets como a instituição na qual as massas aprendem a administrar o Estado e a organizar a produção. Isso deveria levar ao definhamento do Estado, mas por esta mesma razão, ao participar do recrutamento das massas na acumulação “socialista”, os soviets se tornam os aparelhos do novo Estado.

Pode-se perguntar, no entanto, se, sob certas condições, não seria possível e desejável desenvolver *um poder dual de longa duração*, que mantenha aberta a diferença entre o poder do Estado e uma outra forma de poder político. É interessante notar que Alberto Toscano retornou a tal ideia a partir de uma obra escrita quase ao mesmo tempo que as reflexões althusserianas sobre a estratégia do comunismo, a saber, as *Trentatré lezioni su Lenin*, de Toni Negri. Neste livro, cuja questão é ir além da posição do próprio Lênin em direção a um “desenvolvimento de longo prazo da dualidade do poder”⁵³,

⁵² Lênin, 1917, t. XXV, p. 198.

⁵³ Negri, 2004 (1972-73) 2004, p. 152.

Negri teoriza um “sovietismo de massas”. Toscano propõe relançar este último sob a forma de um “biopoder duplo” entendido como “a tentativa coletiva de se apropriar politicamente dos aspectos da reprodução social que o Estado e o capital abandonaram ou tornaram insuportavelmente excludentes”, tentativa que permite “pensar no desmantelamento das formas e relações sociais capitalistas sem contar com a premissa de uma ruptura política nas operações do poder, sem esperar pelo ‘dia seguinte’, a tomada ou ‘evaporação’ do apelo repressivo”⁵⁴. Em outro texto, Toscano levanta a questão de saber se, ao lado do pensamento althusseriano, não seria possível identificar “um paralelismo ou complexo entrelaçamento entre a teoria da dualidade do poder e a da ‘dupla referência’ do período de transição a dois ou mais modos de produção, numa coexistência volátil”⁵⁵. Parece-nos que esta questão deve ser respondida afirmativamente, concluindo com a ideia de um duplo poder que é transitório não tanto porque deve ser de “curta duração”, mas porque ele é o próprio lugar da transição e que, se não for “transitório” nesse sentido, está destinado a ser absorvido na forma-Estado.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. *22e Congrès*, Paris, Maspero, 1977.

ALTHUSSER, Louis. *Ce qui ne peut plus durer dans le parti communiste*, Paris, Maspero, 1978.

ALTHUSSER, Louis. Enfin la crise du marxisme ! (1977), in *Solitude de Machiavel et autres textes*, Paris, Puf, 1998.

⁵⁴ Toscano, 2016, p. 228.

⁵⁵ Toscano, 2014, p. 769.

- ALTHUSSER, Louis. Idéologie et appareils idéologiques d'État (1970), in *Sur la reproduction*, Paris, Puf, 2011.
- ALTHUSSER, Louis. Le marxisme aujourd'hui, in *Solitude de Machiavel et autres textes*, Paris, Puf, 1998.
- ALTHUSSER, Louis. Le marxisme comme théorie "finie" (1978), in *Solitude de Machiavel et autres textes*, Paris, Puf, 1998.
- ALTHUSSER, Louis. *Les Vaches noires*, Paris, Puf, 2016.
- ALTHUSSER, Louis. Marx dans ses limites (1978), *Écrits philosophiques et politiques*, tome I, Paris, Livre de Poche, 1999.
- ALTHUSSER, Louis. Note sur les AIE (1976) in *Sur la reproduction*, Paris, Puf, 2011.
- ALTHUSSER, Louis. *Projet de livre sur l'impérialisme*, A21-03.02, 1973.
- ALTHUSSER, Louis. *Réponse à John Lewis*, Paris, Maspero, 1973 (1972).
- ALTHUSSER, Louis. *Sur la révolution culturelle*, Décalages. An Althusserian Studies Journal, vol. 1, n° 1, 2014 [1966], URL : <http://scholar.oxxy.edu/decalages/vol1/iss1/8/>.
- BALIBAR, Étienne. *Althusser et "le communisme"*, La Pensée, n° 382, avril-juin 2015.
- ALTHUSSER, Louis. Interrogativi sul 'partito fuori dallo Stato', in *Discutere lo Stato. Posizioni a confronto su una tesi di Louis Althusser*, Bari, De Donato, 1978.

- ALTHUSSER, Louis. *La proposition de l'égaliberté. Essais politiques (1989-2009)*, Paris, Puf, 2010.
- ALTHUSSER, Louis. La rectification du 'Manifeste communiste' (1972), in *Cinq études du matérialisme historique*, Paris, Maspero, 1974.
- ALTHUSSER, Louis. Sur la dialectique historique, in *Cinq études du matérialisme historique*, Paris, Maspero, 1974.
- ALTHUSSER, Louis. *Sur la dictature du prolétariat*, Paris, Maspero, 1976.
- BETTELHEIM, Charles. *La Transition vers l'économie socialiste*, Paris, Maspero, 1968.
- CAVAZZINI, Andrea. *Crise du marxisme et critique de l'État*, Archives du GRM, 1^o ano, 16 de fevereiro de 2008, URL: <https://grm.hypotheses.org/267>.
- DI MAGGIO, Marco. L'Eurocommunisme des intellectuels: Poulantzas et la troisième voie au socialisme, in Ducange J.-N. et Keucheyan R., in *La Fin de l'État démocratique. Nicos Poulantzas, Un marxisme pour le xxie siècle*, Paris, Puf, 2016.
- EDELMAN, Bernard. *La Légalisation de la classe ouvrière*, tome 1: *L'entreprise*, Paris, Christian Bourgeois, 1978.
- FABRE, Jean; HINCKER, François; SÈVE, Lucien. *Les Communistes et l'État*, Paris, Éditions sociales, 1977.
- FERNANDO, Claudin. *L'Eurocommunisme*, Paris, Maspero, 1977.

- GARO, Isabelle. La réflexion stratégique de Nicos Poulantzas, entre économie et politique, in Ducange J.-N. et Keucheyan R., *La Fin de l'État démocratique*, 2016.
- LÊNIN, À propos des mots d'ordre [1917], *Oeuvres*, t. XXV.
- LINHART, Robert. *Lénine, les paysans*, Taylor. Essai d'analyse matérialiste historique de la naissance du système productif soviétique, Paris, Seuil, 1976.
- SOTIRIS, Panagiotis. *Le dialogue continu de Poulantzas avec Gramsci*, Période, 5 de janeiro de 2017.
- NEGRI, Antonio. *Trentatré lezioni su Lenin*, Roma, Manifestolibri, 2004.
- POULANTZAS, Nicos. *L'État, le Pouvoir, le Socialisme*, Paris, Puf, 1978.
- POULANTZAS, Nicos. *Pouvoir politique et classes sociales* (1968), dois tomos, Paris, Maspero, 1971.
- POULANTZAS, Nicos. *Repères, hier et aujourd'hui: textes sur l'État*, Paris, Maspero, 1980.
- TOSCANO, Alberto. After October, Before February, in Jameson Fredric, *An American Utopia. Dual Power and the Universal Army*, S. Žižek (éd.) London-New York, Verso, 2016.
- TOSCANO, Alberto. *Transition Deprogrammed*, South Atlantic Quarterly, v. 113, n° 4, 2014.
- TOSEL, André. Les critiques de la politique chez Marx, in Balibar É., Luporini C. et Tosel A., in *Marx et sa critique de la politique*, Paris, Maspero, 1979.